

Os intelectuais e a defesa da preservação do patrimônio em Porto Alegre (1970)*

Maria Angélica Zubaran**

Resumo. Este estudo analisa as narrativas em defesa da preservação e salvaguarda do patrimônio histórico da cidade de Porto Alegre na imprensa local, na década de 1970. Investiga-se o discurso dos "intelectuais do patrimônio" e os novos valores, significados e usos que atribuíram ao patrimônio histórico da cidade, na luta pela sua preservação e salvaguarda. O foco deste artigo é as narrativas do jornalista Alberto André e do historiador Sérgio da Costa Franco e suas múltiplas representações de memória, patrimônio e museu, em defesa da preservação do Solar Lopo Gonçalves.

Palavras-chave: Preservação patrimonial; Memória; Patrimônio cultural; Museu.

Intellectuals and the defense of cultural heritage in Porto Alegre, Brazil (1970)

Abstract. Current analysis investigates the defense for the preservation and conservation of the historical heritage in Porto Alegre, in the local press, in the 1970s. Discourses of the "heritage intellectuals", the new values, meanings and uses attributed to the city's historical heritage in their struggle for its conservation. The research focuses on the narratives of the journalist Alberto André and the historian Sérgio da Costa Franco and their several representations of memory, heritage and museum in their defense of the Solar Lopo Gonçalves.

Keywords: Preservation of heritage; Memory; Cultural heritage; Museum.

* Artigo recebido em 16/10/2012. Aprovado em 18/11/2012.

** Ph.D. em História, State University of New York. Professora Adjunta do Curso de História e do Mestrado em Educação da ULBRA, Porto Alegre/RS, Brasil. Diretora do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo. E-mail: angeliczubaran@yahoo.com.br

Los intelectuales y la defensa de la preservación del patrimonio en Porto Alegre, Brasil (1970)

Resumen. Este estudio analiza las narrativas en defensa de la preservación y salvaguarda del patrimonio histórico de Porto Alegre, presentes en la prensa local, durante la década de 1970. Se investiga el discurso de los “intelectuales del patrimonio” y los nuevos valores, significados y usos que atribuyeron al patrimonio histórico de la ciudad, en la lucha por su preservación. El objetivo de este artículo son las narrativas del periodista Alberto André y del historiador Sérgio da Costa Franco, y las diversas representaciones de memoria, patrimonio y museo, en defensa de la preservación del Solar Lopo Gonçalves.

Palabras Clave: Preservación patrimonial; Memoria; Patrimonio cultural; Museo.

Introdução

Este estudo analisa as narrativas em defesa da preservação e salvaguarda do patrimônio da cidade de Porto Alegre, na imprensa local, na década de 1970. Examina-se o processo de atribuição de novos valores, sentidos e usos ao patrimônio histórico da cidade pelos intelectuais especialistas do patrimônio. Trata-se de mapear especificamente as representações culturais mais recorrentes atribuídas ao Solar Lopo Gonçalves, pelo jornalista Alberto André e pelo historiador Sérgio da Costa Franco. Que valores culturais esses sujeitos sociais atribuíram ao patrimônio cultural da cidade e, particularmente, ao Solar Lopo Gonçalves? Como construíram culturalmente noções de memória, patrimônio e museu naquele contexto histórico? De que forma a preservação patrimonial articulou-se à construção de identidades locais? Essas são questões centrais que pretendemos examinar neste trabalho.

Trata-se de uma análise cultural, a partir dos pressupostos teóricos dos Estudos Culturais, na perspectiva de que as representações culturais contidas na linguagem não apenas "falam sobre", mas constituem as coisas

sobre as quais falam. De acordo com a abordagem construcionista do sociólogo Stuart Hall (2000), as coisas não possuem um significado intrínseco, essencial, mas construímos o significado delas utilizando-nos de sistemas de representação e classificação. Para Hall, a importância das palavras, expressões, convenções vêm dos significados que elas produzem e fazem circular na cultura. Trata-se, portanto, de investigar o poder instituidor das representações sobre o patrimônio histórico da cidade, assim como o processo de redefinição do patrimônio e suas articulações com a construção de identidades locais. Os artefatos culturais selecionados para essa análise são jornais locais de Porto Alegre, particularmente *Correio do Povo* e *Zero Hora*, disponíveis no Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa (MCSHC).

A noção moderna de patrimônio histórico surge, de acordo com François Choay (2006), nas décadas finais do século XVIII, sobretudo com a Revolução Francesa, quando a preservação do patrimônio deixa de ser uma preocupação de eruditos ou de setores da igreja católica e torna-se objeto de políticas públicas do Estado. Nesse contexto, a noção de patrimônio surge imbricada no processo de consolidação dos Estados Nacionais, servindo como uma justificativa ideológica para a construção da identidade nacional e como forma de identificar simbolicamente a nação. Sandra Pelegrini (2009) destaca que, no decorrer do século XIX, diversas nações europeias organizaram estruturas públicas de conservação, salvaguarda e seleção dos seus patrimônios nacionais. Para a autora, “o entendimento que essas entidades tinham de patrimônio se restringia às edificações, aos monumentos e objetos de arte, vistos como exemplares autênticos e geniais das riquezas nacionais” (PELEGRINI, 2009, p. 20).

No decorrer das décadas de 1970 e 1980, ampliou-se consideravelmente o conceito de patrimônio, que passou a integrar um conjunto cada vez mais abrangente e diversificado de bens culturais; não

apenas os bens materiais, mas também os patrimônios imateriais e naturais. Mais recentemente, Néstor Garcia Canclini (1994) assinala que houve um triplo movimento de redefinição do patrimônio nas Ciências Sociais, de acordo com as novas condições históricas, sociais e comunicacionais do final do século XX. Em primeiro lugar, passou-se a incluir não apenas a herança de cada povo, "as expressões mortas da cultura", mas também os bens culturais do presente, como os artesanatos, as línguas, os conhecimentos e as produções das indústrias culturais. De acordo com Canclini, ampliou-se também a política patrimonial de preservação que passou a relacionar esses bens aos seus usos sociais e necessidades contemporâneas e, por último, em oposição à seletividade que privilegiava os bens culturais produzidos pelas classes hegemônicas, reconheceu-se que o patrimônio cultural também se compõe dos produtos da cultura popular, elaborados pelos diferentes grupos sociais e étnico-raciais (CANCLINI, 1994, p. 95-96). Nesta direção, Pelegrini e Funari apontam que "O patrimônio, antes restrito ao excepcional, aproximou-se, cada vez mais, das ações cotidianas, em sua imensa e riquíssima heterogeneidade" (PELEGRINI; FUNARI, 2008, p. 30).

Vale destacar, ainda, o aspecto político do patrimônio cultural que, segundo Canclini, é um "espaço de luta material e simbólica entre as classes, as etnias e os grupos" e está articulado à construção de identidades específicas. Neste sentido, o autor considera que patrimônio é "o que um grupo social considera como sua cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia de cada grupo" (CANCLINI, 1994, p. 56). Na direção apontada por Canclini, entendemos a atribuição de valores nos processos de preservação patrimonial em Porto Alegre como um campo de disputas simbólicas entre os grupos na defesa do reconhecimento dos seus patrimônios e de suas identidades sociais e étnico-culturais.

Os intelectuais e a preservação do patrimônio

A fim de melhor compreendermos as narrativas preservacionistas em Porto Alegre na década de 1970, retrocedemos às primeiras políticas federais de preservação do patrimônio no Brasil que, de acordo com Leticia Julião (2006), tiveram início nos anos de 1920. De acordo com a autora:

Desde os anos vinte, algumas iniciativas vinham delineando uma política federal de preservação, a exemplo da criação da Inspetoria dos Monumentos, em 1923, e da organização, em 1934, do Serviço de Proteção aos Monumentos e Obras de Arte, presidido pelo então diretor do MHN, Gustavo Barroso (JULIÃO, 2006, p. 23).

A autora aponta que esses órgãos concebiam o patrimônio como um campo voltado para o culto à tradição, com uma visão "passadista e romântica". Com a criação do Serviço Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, no contexto do Estado Novo e ligado ao Ministério da Educação e Saúde, há um refluxo dessa concepção de patrimônio. Naquela ocasião, o grupo modernista, liderado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, associava a preservação do patrimônio à construção da nacionalidade. Os técnicos do SPHAN passaram a ter autoridade como intérpretes e guardiões dos valores culturais da nação. Eram eles que determinavam, pela atribuição de valores culturais, o que deveria ser preservado. Nesse momento, o SPHAN direcionou suas ações ao patrimônio denominado de "pedra e cal", que em sua maioria eram edifícios representativos do passado colonial luso-brasileiro e que referenciaram a memória histórica ligada às elites políticas, econômicas e religiosas. De acordo com Lúcia Lippi Oliveira (2008), a perspectiva estética predominou sobre qualquer outra, e em primeiro lugar estava a valorização do estilo barroco e depois do neoclássico e do moderno. O barroco se transformou em símbolo da identidade nacional.

Com a criação da Fundação Nacional Pró-Memória (1979), dá-se um alargamento do sentido do patrimônio. Aloísio Magalhães, então diretor do

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, passa a chamar atenção para o risco da homogeneização do patrimônio cultural brasileiro, pois considerava que "no Brasil, havia várias tradições, assim como havia vários patrimônios, não só monumentos, mas objetos, espaços, atividades, materiais ou imateriais" (OLIVEIRA, 2008, p. 129). No entanto, como destaca Lúcia Lippi Oliveira, a nova face da política de patrimônio no Brasil teve como "certidão de nascimento" os artigos 215 e 216 da Constituição de 1988, que passam a proteger as "manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional" e a incluir "os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira" (OLIVEIRA, 2008, p.131). Mas, foi somente com o Decreto nº 3.551/2000 que se instituiu no Brasil o registro dos bens culturais de natureza imaterial (CAVALCANTI; FONSECA, 2008, p. 18). Desde então, observa-se um deslocamento progressivo da política patrimonial de preservação. Como observam Funari e Pelegrini, "a definição de patrimônio passou a ser pautada pelos referenciais culturais dos povos, pela percepção dos bens culturais nas dimensões testemunhais do cotidiano e das realizações intangíveis" (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 32).

Para fins do presente estudo, vale destacar o contexto nacional da década de 1970, quando o "milagre econômico" e o *boom* imobiliário daí decorrente resultaram na intensa urbanização das cidades brasileiras e foram acompanhados pela formulação de uma política nacional de preservação do patrimônio cultural que tentou conciliar valores culturais e econômicos com o potencial turístico dos bens culturais. Nessa época, realizou-se o I Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1970), quando foi assinado o Compromisso de Brasília, determinando a

atuação do Estado no setor e o uso de até 5% do Fundo de Participação dos Estados e Municípios além do amparo da Igreja. No II Encontro de Governadores, em Salvador, em 1973, as decisões foram reafirmadas e levou-se em conta o interesse da indústria turística em expansão. Iniciava-se uma política de descentralização de preservação do patrimônio no Brasil para criar legislações estaduais e órgãos municipais de proteção ao patrimônio.

É nesse contexto histórico que se inicia o processo de preservação patrimonial em Porto Alegre, ainda pouco conhecido no cenário nacional. De acordo com Ana Lúcia Goelzer Meira (2004), a iniciativa da preservação patrimonial coube à Câmara de Vereadores, que pela nova Lei Orgânica de Porto Alegre, de 1971, em seu artigo 117, determinou ao executivo municipal "O levantamento dos bens imóveis, de valor histórico e cultural, de expressiva tradição para a cidade, para fins de futuro tombamento e declaração de utilidade pública" (art. 117 da Lei Orgânica de 1971). Em maio de 1971, foi nomeada a primeira Comissão Municipal do Patrimônio para realizar o trabalho de preservação patrimonial da cidade. A Comissão era formada por funcionários da Prefeitura Municipal e dirigida pelo advogado Leandro Telles. Em 1974, constitui-se a segunda Comissão do Patrimônio, sob a presidência do engenheiro urbanista Francisco Riopardense de Macedo e com a presença majoritária de arquitetos e historiadores, entre eles Paulo Xavier, representante do Instituto Histórico e Alberto André, jornalista, cujas matérias em defesa do patrimônio cultural nos jornais locais serão analisadas nesse estudo.

Em 1976 foi criado o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (COMPAHC), presidido pelo arquiteto Wilhelm Ramirez Vaz. O Relatório da segunda Comissão Municipal do Patrimônio transformou-se em Lei em 1977, e foram nomeados 47 itens de valor histórico e cultural para a cidade de Porto Alegre. Em novembro de 1977, foi criado o Fundo Municipal

do Patrimônio Histórico e Cultural (FUMPAHC) destinado a contribuir com projetos e serviços de preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade.

A lei do tombamento municipal foi aprovada em 1979 e no ano seguinte foi instituído o Livro Tombo Histórico onde se inscreveram os imóveis que deveriam ser preservados. Os primeiros cinco bens considerados de valor histórico e tombados pelo município de Porto Alegre foram: o Paço dos Açorianos, o Mercado Público, a Ponte de Pedra, o Solar Lopo Gonçalves (recém-adquirido pelo município) e a Capela do Bonfim. Marlise Giovanaz afirma que "o Solar Lopo Gonçalves foi o primeiro prédio de propriedade privada tombado pelo patrimônio público porto-alegrense", em 21 de dezembro de 1979 (GIOVANAZ, 1999, p. 33). O Solar do comerciante português Lopo Gonçalves Bastos, em estilo luso-brasileiro ou colonial, foi construído fora dos limites da cidade, entre os anos de 1845 e 1853, de frente para a Rua da Margem, hoje Rua João Alfredo, para servir como sede de chácara da família Lopo Gonçalves Bastos (GIACOMELLI, 1992). As primeiras referências à preservação do Solar da antiga Rua da Margem ocorreram em 1958, quando o então vereador Manoelito de Ornellas propôs que esse prédio fosse considerado de valor histórico-cultural para a cidade. Manoelito considerava o prédio como "o maior representante da arquitetura colonial do século passado, próprio para abrigar um museu" (ZERO HORA, 30 ago. 1981). Portanto, desde essa época, passaram a circular, na cultura local, novos valores culturais atribuídos ao Solar dos Lopo Gonçalves, para legitimá-lo como patrimônio histórico e cultural da cidade, entre eles, seu valor arquitetônico e seu possível uso público, como futura sede de um museu.

Segundo Giovanaz (1999), a discussão sobre a preservação do Solar intensificou-se na década de 1970, quando o processo de modernização urbana e a crescente migração do interior do Estado para a capital passou a ser percebida como uma ameaça à memória e à identidade da cidade. Sandra

Pesavento (1991) aponta que, em Porto Alegre, diversas obras, principalmente viárias, trouxeram grande impacto para a paisagem urbana nessa época. A autora sublinha que os anos de 1970 e 1980 foram marcados pela construção de viadutos, elevadas, túneis e perimetrais na cidade de Porto Alegre e pela destruição dos casarios coloniais.

Neste contexto, começaram a aparecer nos jornais da capital, artigos assinados por jornalistas, engenheiros, historiadores, arquitetos, advogados e médicos, denunciando as precárias condições do patrimônio histórico de Porto Alegre e questionando o processo de modernização em curso na cidade desde a década de 1940. Entre eles, destacamos os nomes de Francisco Riopardense de Macedo, Júlio Nicolau Barros de Curtis, Paulo Xavier, Leandro Telles, Alberto André e Sérgio da Costa Franco. A visão corrente na época era a de que a cidade estava perdendo a sua memória, mas que ainda era possível salvar alguns edifícios. Esses intelectuais apresentavam-se como porta-vozes da sociedade, cuja missão era salvar o patrimônio histórico da cidade. Para o jornalista Alberto André, tratava-se "da derradeira oportunidade de salvar algumas coisas da nossa herança clássica" (CORREIO DO POVO, 13 dez. 1970). Importante assinalar que esse discurso centrado na necessidade de salvar os vestígios do passado, fora constituído pelo grupo de intelectuais modernistas e seus pares mineiros, no período em que Rodrigo Melo Franco de Andrade dirigiu o SPHAN, entre 1936 e 1967.

De outro lado, a narrativa preservacionista do jornalista Alberto André, então presidente da Associação Rio-Grandense de Imprensa (ARI), é também marcada pelo que José Reginaldo Gonçalves (1991) denominou de "retórica da perda", ou seja, a noção de que a ameaça de destruição de prédios históricos levaria à perda da memória e da identidade da cidade. Para Gonçalves, nessa perspectiva, o presente aparecia corroído por um processo de perda oposto a uma situação original definida por integridade e autenticidade, que as práticas

de preservação visavam restabelecer garantindo uma continuidade com o passado. "Esta cidade poderá um dia acordar sem memória", escrevia Alberto André em uma de suas colunas em defesa da preservação patrimonial. Para Alberto André, corria-se o risco de que a "herança açoriana ficasse rapidamente sem imagem". A memória que o jornalista considerava ameaçada era a memória açoriana e, nas suas colunas, conclamava seus leitores para "defenderem o patrimônio dos que fundaram a cidade" (CORREIO DO POVO, 13 set. 1970). Alberto André também associava a memória da cidade aos edifícios antigos, cuja antiguidade era o critério que os distinguiria dos demais na luta pela sua preservação. Ele afirmava: "A cidade sem seus velhos edifícios é como um homem sem memória" e indagava: "quem somos nós sem os nossos velhos edifícios?" (CORREIO DO POVO, 13 ago. 1978, p. 43). Os prédios antigos significavam um tempo para sempre ausente, articulado a um desejo de manter uma autenticidade que, paradoxalmente, já tinham perdido. Neste sentido, o critério de antiguidade presente na narrativa de Alberto André retirava esses bens da história e da contingência e os concebia como objetos para sempre originais.

Alberto André defendia também a preservação dos edifícios com base nos valores estéticos e em seus estilos arquitetônicos, que "representavam fases da arte" e da "arquitetura histórica", e listava alguns edifícios da cidade que deveriam ser preservados em razão de seus estilos arquitetônicos: a Igreja Nossa Senhora das Dores, com suas torres barrocas; o Convento do Carmo, com seu pátio barroco italiano; o Teatro São Pedro, considerado joia do barroco francês, entre outros. Observa-se, nesta listagem, a valorização do estilo barroco, que foi o estilo que predominou na primeira fase da política de preservação patrimonial do SPHAN. De acordo com o historiador de arte austríaco, Alois Riegl (1987), o valor estético ou artístico é percebido como uma ponte para os sentidos, capaz de aguçar a percepção e como um critério

objetivo para a seleção dos prédios que deveriam ser preservados. O jornalista Alberto André apontava dois prédios unânimes nas enquetes públicas sobre o que se deveria preservar na cidade: a "Prefeitura Velha, uma das mais expressivas jóias da arquitetura oriunda da doutrina positivista", obra do arquiteto italiano Carrara Colfosco, com bronze da França e leões de mármore Carrara e o "sobrado colonial", localizado à Rua João Alfredo, 582.

Em suas colunas, o jornalista Alberto André frequentemente representou o Solar como a "Casa das Magnólias", uma alusão à árvore centenária que adornava (e ainda adorna) o jardim do Solar e à qual o jornalista atribuía valor afetivo, estabelecendo vínculos subjetivos de pertencimento que diferenciavam o Solar de outros prédios e que o legitimavam como patrimônio cultural. Alberto André também representou o Solar como o local onde se fundara a Associação Comercial de Porto Alegre, em 14 de fevereiro de 1858, atribuindo-lhe valor histórico. Conforme Alois Riegl (1987), o valor histórico constrói-se a partir da rememoração que o objeto faz de uma época; nesse caso, o Solar rememorava a época da fundação da Praça de Comércio de Porto Alegre. Entretanto, apesar desta versão ter sido reproduzida em vários artefatos culturais da época, historiadores como Luis Cláudio P. Symansky (1998) e Zita Possamai (2001) tencionam a representação do Solar como sede da fundação da Associação Comercial. Por que Lopo Gonçalves e os comerciantes da cidade se deslocariam até uma chácara, distante dos limites urbanos, para fundarem uma Associação Comercial, quando Lopo Gonçalves residia em um sobrado na Rua da Praia, no centro da cidade, local bem mais apropriado para essa reunião? Além disso, a sede da chácara da família Lopo Gonçalves, não seria um local adequado para reunir comerciantes e fundar uma associação comercial. No entanto, vale destacar que como estratégia discursiva, como construção cultural, o atributo da historicidade ao Solar, associando-o à fundação da Praça de

Comércio de Porto Alegre, agregava valor ao prédio na defesa de sua preservação como patrimônio cultural da cidade no final da década de 1970.

Em 1974, em matéria intitulada *Dos Velhos Sobrados às Igrejas*, o jornalista Alberto André demonstrava a ênfase dada à preservação do patrimônio edificado das elites econômicas e religiosas naquele momento. Entre as imagens que reproduz de sobrados e igrejas que deveriam ser preservados, exibe uma foto do Solar, cuja legenda referencia como "Casa das Magnólias", onde "a prefeitura desejava instalar o museu da imagem e do som" e onde "foi fundada a Associação Comercial". Novamente a preservação do Solar aparecia associada à transformação do imóvel em um museu e à fundação da Associação Comercial, agregando valor de uso público e histórico ao imóvel.

O que Alberto André não comenta em sua reportagem, mas que a imagem do Solar que ele selecionou para reprodução revela, é que na década de 1970 o Solar passou a ser ocupado por populares, cuja presença evidenciava-se nas roupas penduradas em uma corda junto às janelas e na chaminé do fogão à lenha que aparece no telhado da varanda do Solar. A ocupação do Solar por populares, assim como a deterioração física desse imóvel, estava relacionada ao desinteresse do Serviço de Assistência Social e Seguro dos Economiários (Sasse), então proprietários do Solar. Após terem seus planos de demolição do Solar e de construção de uma sede para seus associados frustrados, pela negativa da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, abandonaram o Solar que ficou quase em ruínas.

Também o historiador Sérgio da Costa Franco, pesquisador incansável da História de Porto Alegre, pronunciou-se na imprensa local pela preservação do Solar na década de 1970 e atribuiu-lhe novos valores e sentidos, de forma a legitimá-lo como patrimônio cultural da cidade. Na narrativa preservacionista de Sérgio da Costa Franco, o Solar aparece representado como "O Solar de Lopo Gonçalves", associado ao seu primeiro proprietário, o rico comerciante

português Lopo Gonçalves Bastos, figura ilustre e representante da elite senhorial da cidade. Além disso, Franco salientava o valor de originalidade do prédio do Solar, "um prédio quase único", "autenticamente lusitano":

Compreendi que o Solar de Lopo Gonçalves Bastos, ali à Rua João Alfredo era quase único em Porto Alegre. Em matéria de residências nobres do século XIX, nada existe em melhor estado de conservação externa e nada de mais autenticamente lusitano na nossa cidade. (...) O Solar da Rua da Margem resistiu tal qual era ou tal qual o deixou seu dono falecido em 1872, depois de ter sido vereador em várias legislaturas, fundador da Praça do Comércio, provedor da Ordem Terceira de Nossa Senhora das Dores e mais coisas que a um homem endinheirado e de espírito público se confiam (CORREIO DO POVO, 09 jul. 1974, p. 4).

Para o antropólogo José Reginaldo Gonçalves, "o autêntico é uma invenção moderna que data de fins do século XVIII, em que a aura de um objeto está associada à sua originalidade, ao seu caráter único e a uma relação genuína como o passado" (GONÇALVES, 1988, p. 265). Neste sentido, Franco pretendia "auratizar" o Solar, atribuindo-lhe um valor de originalidade que o imóvel já não conservava. Vale lembrar que quando o imóvel foi vendido pelos descendentes de Lopo Gonçalves para Albano José Volkmer, em 1946, o novo proprietário realizou uma reforma no prédio, dividindo-o em três unidades habitacionais para abrigar sua família e os empregados da sua Fábrica de Velas. Portanto, o imóvel perdera a sua suposta originalidade já na década de 1940, mas o critério da originalidade mostrava-se uma estratégia discursiva eficaz no processo de patrimonialização do Solar naquele contexto histórico. Na mesma coluna, Franco afirmava que o Solar "já se considerava perdido para a memória urbana" quando o prefeito Thompson Flores decidiu adquiri-lo para o Município para ali instalar um Museu da Imagem e do Som. É interessante destacar que a referência a uma memória urbana estava sendo construída por meio do apelo à preservação de um imóvel que fora construído em uma zona fora dos limites urbanos.

Em matéria intitulada *Museu da Cidade*, Sérgio da Costa Franco chamava atenção para a necessidade de verbas para a restauração do Solar que, segundo ele, "teria de ser completa e minuciosa para que ficasse em condições de servir como sede de museu". Para Alois Riegl (1987), trata-se do valor de atualidade, que salienta a utilidade pública dos elementos do patrimônio cultural para servir às necessidades do presente. Neste sentido, nas narrativas preservacionistas de Franco, o Solar passava a ser representado como o prédio que guardaria as memórias da cidade, ampliando assim as possibilidades evocativas de memórias do Solar. Mas memórias sociais de quem? Nas representações articuladas por Franco percebe-se também o apelo às memórias lusitanas. De outro lado, Franco questionou a ideia de Nilo Ruschel, que sugeria que ali se instalasse um Museu da Imagem e do Som no Solar e defendeu que se instalasse um Museu da Cidade:

É de se questionar agora se a sua reivindicação [Nilo Ruschel] já não estaria atendida pela criação do Museu da Comunicação Social, promovida pelo governo do Estado. (...) Entretanto, não se trairia a memória de Nilo Ruschel, se o antigo Solar fosse transformado em museu da cidade. Porto Alegre não tem, até hoje, uma casa onde guarde as suas lembranças históricas, sua bagagem fotográfica, as manifestações culturais de sua gente ao longo de tempo. (...) Aparentemente, por ser uma cidade ocupada e sitiada por forasteiros de todas as origens, ela sofre de memória descontínua, às vezes de amnésia. Receptiva às tradições gaúchas, às tradições alemãs, às tradições italianas, ela esquece, no entanto, a sua própria gente e seus brasões (CORREIO DO POVO, 01 jul. 1975, p. 4).

Neste sentido, para Sérgio da Costa Franco, era a memória coletiva dos aorianos que estava ameaçada de amnésia e o museu da cidade era concebido para guardar as memórias desse grupo específico da sociedade porto-alegrense. Le Goff aponta que a amnésia não é só um distúrbio da memória do indivíduo, mas também “a falta ou a perda voluntária ou involuntária da memória coletiva nos povos e nas nações que pode determinar perturbações graves da identidade coletiva” (LE GOFF, 1996, p. 442). Nessa mesma coluna, Franco representava o Solar como "um dos exemplares mais bem conservados de casa senhorial do

século XIX" e, paradoxalmente, denunciava logo em seguida, o seu precário estado de conservação: "O Solar continua virtualmente cercado de painéis de propaganda e habitado – não sei por quem. Uma centenária construção, com instalações elétricas precárias é um convite ao incêndio e ao desastre". As denúncias sobre o estado precário do Solar e sobre sua ocupação por populares são sinais do conflito social que frequentemente marca os processos de preservação de prédios históricos que, após serem listados para tombamento, são abandonados por seus proprietários e tornam-se alvos de ocupação por indivíduos e famílias sem moradia. Nessa época, o Solar ficou conhecido pelos moradores do seu entorno como "cortiço", uma alusão ao seu péssimo estado de conservação e a sua ocupação por populares.

Em maio de 1975, na reportagem intitulada *A Cidade sem Patrimônio Histórico*, Alberto André lamentava que apesar dos levantamentos relatados pelas duas comissões, entre dezembro de 1971 e novembro de 1974, os resultados eram nulos e que no espaço de tempo entre uma e outra Comissão, seis imóveis históricos tinham sido demolidos. Nessa matéria, Alberto André denuncia o estado de "semiabandono" do Solar e revela a presença de um caseiro que, segundo ele, "faz o que pode para conservá-lo".

Enquanto isso, o único prédio colonial que a municipalidade conseguiu obter, através de permuta, o da João Alfredo, 582, em que residiu Lopo Gonçalves e onde foi fundada a Associação Comercial está semi-abandonado, ocupado por um caseiro que faz o que pode para conservá-lo. Nele Nilo Ruschel pretendia montar o Museu da Imagem e do Som (CORREIO DO POVO, 04 maio. 1975, p. 25).

Além da denúncia sobre o estado de abandono do Solar, Alberto André reproduz os atributos mencionados por Sérgio da Costa Franco para legitimar o Solar como patrimônio cultural da cidade: o fato de ter sido residência do rico comerciante Lopo Gonçalves Bastos, local da fundação da Associação Comercial e sede do futuro Museu da Imagem e do Som.

Em 1978, uma comissão coordenada pelo historiador Moacyr Flores elaborou o projeto de criação e implantação do Museu Municipal da cidade de Porto Alegre, que deveria funcionar no prédio do antigo Solar, após passar por um trabalho de restauração interna e externa. Entre as justificativas apontadas no projeto para criação e implantação do museu da cidade no Solar consta:

O imóvel da Rua João Alfredo, nº 582, devido ao valor histórico que representa por ter sido a residência do Comendador Lopo Gonçalves Bastos, e a sede da reunião de instalação da Associação Comercial de Porto Alegre. Além disso, o prédio é um exemplar significativo da arquitetura colonial brasileira e foi relacionado como peça de valor histórico e cultural pelas duas Comissões Municipais de 1971 e 1974 (SMEC, 1978, p. 3).

Percebe-se que os principais valores culturais atribuídos ao Solar para legitimá-lo como patrimônio cultural da cidade eram o valor histórico e artístico ou arquitetônico. Tanto os preservacionistas como a própria comissão indicada pela Secretaria Municipal da Educação e Cultura para elaborar o projeto de criação e implementação do museu da cidade de Porto Alegre atribuíram ao Solar esses mesmos valores. No entanto, como aponta Xerardo Pereiro Pérez (2003), apropriando-se de estudos do antropólogo Llorens Prats, apesar da importância do papel dos especialistas nos processos de patrimonialização, não podemos deixar de ter em conta que tais processos estão associados a tensões, conflitos e negociações, e daí a importância de estudarmos outros agentes sociais igualmente implicados nos processos de patrimonialização. Na direção apontada por esse autor, destacamos que diante do péssimo estado de conservação em que se encontrava o Solar, no final da década de 1970, também o Movimento de Defesa do Acervo Cultural Gaúcho e o Instituto Cultural Português reuniram artistas plásticos e alunos da Escola Nacional de Desenho diante do Solar para retratá-lo e para lançar um apelo de que a permuta do prédio com a prefeitura fosse efetivada o quanto antes, a fim de proceder-se seu restauro (CORREIO DO POVO, 11 ago. 1979, p. 15).

Em 13 de maio de 1979, pelo Decreto nº 6598, criava-se o Museu de Porto Alegre, como sede provisória na Rua Lopo da Costa, nº 291, no bairro Cidade Baixa. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) assumiu a responsabilidade pela restauração do Solar, e as obras tiveram início em 1980, sendo concluídas em 1982. Pelo Decreto nº 8100, de 5/11/1982, o Prefeito Municipal de Porto Alegre autorizou a transferência do acervo do Museu de Porto Alegre para as dependências do "Solar Lopo Gonçalves". Completava-se, assim, após longa negociação entre grupos sociais diversos, lideranças políticas e a própria municipalidade, o processo de patrimonialização do Solar que virou Museu.

Considerações Finais

As narrativas de preservação de especialistas sobre o patrimônio cultural, em Porto Alegre, na década de 1970, parecem enquadrar-se na tendência das ações destinadas a preservar os patrimônios a partir de traços intrínsecos da sua própria materialidade, privilegiando o valor testemunhal de edifícios de caráter monumental e de épocas distantes, o que com frequência levou à reificação e fetichização do patrimônio cultural. Ademais, no que se refere à preservação do Solar, tratava-se de priorizar um remanescente da influência luso-brasileira, relacionado à origem dos fundadores da cidade de Porto Alegre, dentro das orientações das políticas de preservação patrimonial dos técnicos do SPHAN na sua primeira fase.

Entretanto, vale destacar que as representações mais recorrentes do Solar nas colunas dos jornais locais, apoiadas em valores históricos, arquitetônicos e de uso público, que sublinhavam a sua originalidade e autenticidade, parecem ter sido estratégias discursivas eficazes na sensibilização dos leitores para a importância da sua preservação; contribuindo para reverter um processo adiantado de deterioração desse imóvel e para transformá-lo em patrimônio cultural e sede do Museu da Cidade de Porto Alegre.

Referências

- CANCLINI, Néstor Garcia. O patrimônio cultural e a construção do imaginário social. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília, n. 23, p. 95-111, 1994.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio Imaterial no Brasil: Legislação e Políticas Estaduais*. Brasília: UNESCO, 2008.
- CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Edunesp, 2006.
- FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. Pelegrini. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.
- GIACOMELLI, Sérgio. *Solar Lopo Gonçalves: de propriedade rural à Museu de Porto Alegre*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- GIOVANAZ, Marlise. *Lugares de História: A Preservação Patrimonial na Cidade de Porto Alegre (1960-1979)*. Porto Alegre, 1999. 169 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: O Problema dos Patrimônios Culturais. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 264-275, 1988.
- GONÇALVES, José Reginaldo. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 1991.
- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: TADEU DA SILVA, Tomaz (Org.). *Identidade e Diferença*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 103-133.
- JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a História do Museu. *Caderno de Diretrizes Museológicas*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, p. 93-105, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1996.
- MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. *O Passado no futuro da cidade: políticas públicas e participação dos cidadãos na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura é Patrimônio: Um Guia*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2008.
- PELEGRINI, Sandra C. A.; FUNARI, Pedro Paulo. *O Que é patrimônio cultural imaterial*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio cultural: consciência e preservação*. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PERÉZ, Xerardo Pereiro. Patrimonialização e transformação das identidades culturais. In: PORTELA, J.; CASTRO CALDAS, J. (Org.). *Portugal Chão*. Oeiras: Celta editora, 2003. p. 231-247.

PESAVENTO, Sandra. *Memória Porto Alegre: Espaços e Vivências*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1991.

POSSAMAI, Zita. *Nos bastidores do Museu: patrimônio e passado da cidade de Porto Alegre*. Porto Alegre: EST Edições, 2001.

RIEGL, Alois. *El culto moderno a los monumentos*. Madrid: Visor, 1987.

SMEC – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Projeto de Criação do Museu Cidade de Porto Alegre*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

SYMANSKY, Luis Cláudio P. *Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.

